

Sérgio Campos Matos

## **Hispanofobia e nacionalismo - a Comissão 1º de Dezembro e a memória de 1640 (1861-1926)**

### **A “questão ibérica”**

No processo de afirmação do nacionalismo em Portugal após as revoluções liberais, e sobretudo a partir de meados do século XIX, o tópico anti-iberista e de resistência às intenções absorcionistas de Espanha ocupou um lugar marcante. Nesse processo tiveram uma acção decisiva as elites urbanas ilustradas, homens (muito raramente mulheres) de profissões liberais, jornalistas, professores, militares e funcionários públicos. Estavam por vezes intensamente ligados ao espaço público através da imprensa, do associativismo ou da escola.

Na promoção pública de muitos destes intelectuais o culto da nação e da sua memória constituiu um expediente seguro de integração num espaço cultural comum, com a sua história, as suas experiências colectivas e tradições. A este respeito, as relações com Castela, e depois com a Espanha, estiveram em destaque. Dos inícios da Regeneração (1851) ao decénio de 1880, a difusão das ideias iberistas suscitou intensas reacções e a formação de um grupo de pressão nacionalista - a Comissão Central 1º de Dezembro (1861) - que tinha como principais objectivos o culto da memória ligada à Restauração de 1640: a comemoração anual do 1º de Dezembro de 1640 e a construção de um monumento à memória dos Restauradores. Esta sociedade suprapartidária que agrupava homens de tendências políticas diversas<sup>1</sup> foi, no Portugal da época, o principal foco difusor de um nacionalismo retrospectivo e retórico. Cultivando sobretudo uma atitude de enraizamento e de hispanofobia, nela se alimentava uma leitura extremamente negativa do período filipino de união ibérica (1580-1640) - qualificado de cativo ou usurpação - na base da qual se recusava

---

<sup>1</sup> Veja-se Fernando Catroga, "Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX", *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, vol.IV, 1985, pp.419-463 e o meu estudo, "Iberismo e identidade nacional (1851-1910)", *Clio*, Nova Série, 2006, 14/15, pp.349-400

qualquer possibilidade de nova integração política, sob a forma unitária ou federal. A retórica nacionalista da Comissão 1º de Dezembro suscitou apoios entusiásticos, mas também referências críticas irónicas (refiram-se casos de Costa Goodolfim, Eça de Queiroz, Oliveira Martins ou Miguel de Unamuno). Entre os seus críticos encontravam-se também republicanos federais e alguns liberais radicais, adeptos de uma aproximação entre as nações peninsulares. Estes sublinhavam as afinidades entre elas, designadamente no que respeita a uma consciência peninsular que se acentuara no combate de Portugueses e Espanhóis contra o ocupante francês e o estreito paralelismo da implantação dos regimes liberais nas duas nações. Notavam também afinidades geográficas, religiosas, étnicas e linguísticas, mais ou menos evidenciadas até por alguns defensores da independência dos dois estados peninsulares. O republicanismo federal chegou a alcançar considerável influência no seio do Partido Republicano Português<sup>2</sup>. Alguns dos seus adeptos defendiam uma atitude de abertura e aproximação nas relações com a Espanha, considerada nação irmã (caso de Sebastião de Magalhães Lima ou Teófilo Braga).

Resumindo, os debates em torno da questão ibérica polarizaram duas atitudes de sinal contrário em relação à Espanha: aproximação e distância, atracção e repulsa. O escasso êxito social da propaganda iberista, o centenário da morte de Camões em 1880 e, na sequência da Conferência de Berlim (1884-85), um maior investimento nas colónias portuguesas ultramarinas levaram à subalternização da “questão ibérica”. O Ultimatum britânico (1890), a conferência republicana de Badajoz (1893) e a Guerra Hispano-Americana (1898), bem como a solidariedade ibérica que esses acontecimentos despertaram em meios políticos de ambas as nações não chegaram, todavia, para dinamizar a corrente iberista em Portugal – então quase reduzida a alguns republicanos federais. O carácter unitário do Estado português e a relativa homogeneidade da nação num pequeno território de fronteiras históricas estáveis terão limitado o crescimento deste federalismo ibérico que, nos decénios de 1850 a 70, tivera

---

<sup>2</sup> Amadeu Carvalho Homem, *A propaganda republicana 1870-1890*, Coimbra, 1990 e Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, 1991.

maior expressão. Há ainda que ponderar um outro factor: a acção nacionalista da Comissão Central 1º de Dezembro.

Que se passou a este respeito com a implantação da República a partir do 5 de Outubro de 1910? Como é sabido, o Partido Republicano tinha adoptado um programa federal em Janeiro 1891. Esse programa não foi todavia adoptado em 1910, quando os republicanos chegam ao poder: a I República perfilhou uma forma unitária de Estado e tendeu a esquecer-se da ideia federalista. O insucesso da I República espanhola e o exemplo da II República francesa, a par do reforço do unitarismo e do nacionalismo entre os defensores da descentralização terão contribuído para o enfraquecimento do federalismo<sup>3</sup>. Nos seus primeiros anos, como sempre sucede na sequência de revoluções políticas, o novo regime republicano português confrontou-se, entre outros problemas, com a necessidade da sua legitimação histórica e diplomática. No plano internacional, teve que enfrentar a hostilidade de outras potências - caso da Espanha (onde se exilaram conspiradores monárquicos que depois fizeram incursões sobre o Norte do país e se alimentou uma “conspiração contra Portugal”<sup>4</sup>). Numa conjuntura desfavorável, compreende-se a necessidade de se manter uma estrutura unitária de Estado e de se sublinhar a unidade nacional. A Comissão 1º de Dezembro teve uma função relevante nesta conjuntura, nela coexistindo duas tendências em relação à Espanha: a hispanofobia e uma retórica que podemos designar da amizade e irmandade com a nação vizinha.

### **Da Comissão 1º de Dezembro à Sociedade Histórica da Independência de Portugal**

A Comissão Central 1º de Dezembro foi fundada em 1861 por um grupo de políticos e intelectuais em que predominavam homens ligados ao regime

---

<sup>3</sup> Fernando Catroga, “A República una e indivisível (no princípio era a Província)”, *Revista de História das Ideias*, nº27, 2006, p.207

<sup>4</sup> Hipólito de La Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal (1910-1912), As relações políticas entre Portugal e Espanha*, Lisboa, 1978.

constitucional, ligados quer ao Partido Histórico quer ao Partido Regenerador (embora alguns miguelistas a ela aderissem). Os seus primeiros estatutos foram aprovados pelo rei D.Luís em 1869 (decreto de 1 de Dezembro)<sup>5</sup>. Teve como presidentes, entre outros, Luís de Carvalho Daun e Lorena (então presidente da Câmara Municipal de Lisboa), Fontes Pereira de Melo (1880) e Hintze Ribeiro (1900-07), estes dois últimos figuras gradas do Partido Regenerador.

Ao longo de todo o período de cerca de 50 anos da Monarquia Constitucional, que vai de 1861 a 1910 temos conhecimento que nela foram registados 471 sócios<sup>6</sup>. E de Outubro de 1910 a Maio de 1926 – ou seja durante a I República – registaram-se cerca de 267 novos sócios. Muitos republicanos aderiram então à Comissão 1º de Dezembro (mas também não poucos titulares aristocratas, alguns deles descendentes dos conjurados de 1640). Houve um acentuado crescimento do ritmo de adesões nos anos da República, também confirmado se considerarmos as adesões anuais, que se prende com a maior relevância que então assumiu o culto do 1º de Dezembro. Em contrapartida, os dois últimos decénios da Monarquia (1890-1910) tinham correspondido a uma certa redução do ritmo de ingresso de novos sócios (apenas 71 novos sócios nesses anos), coincidente com o declínio da ameaça iberista. Mas em 1910, o número de adesões aumenta significativamente (só nesse ano, antes do 5 de Outubro aderiram 48) e, em 1911, 26. O período da Ditadura Militar (1926-33) corresponde a cerca de 109 novos sócios. Mas este número é enganador: na verdade, só em 1932 – ano imediatamente posterior à implantação da República em Espanha – surgem 88 novas adesões<sup>7</sup>. Também 1917, ano da campanha na imprensa periódica espanhola (*El Imparcial*) a favor da chamada “harmonia ibérica” – intentando a aproximação económica, cultural e diplomática entre as duas nações - , fora fausto em novos sócios: nada menos do que 42. Confirma-se

---

<sup>5</sup> E publicados em folheto no ano seguinte: *Estatutos da Comissão 1º de Dezembro de 1640*, Lisboa, 1870.

<sup>6</sup> Números apurados a partir de Arquivo da SHIP, *Sociedade Histórica da Independência de Portugal*. Propostas nº401 a 750, s.l., n.d. Não são números totalmente fiáveis pois desconhecemos quando foram redigidas as propostas reunidas nos três volumes que se encontram neste Arquivo. É de admitir que, em muitos casos fosse a posteriori, se atendermos a que até cerca de 1929 os formulários se encontram preenchidos de um modo incompleto e com a mesma caligrafia

<sup>7</sup> Os anos de 1926 a 1931 são de declínio (neste último regista-se uma única adesão). Números apurados a partir de Arquivo da SHIP, *Idem*, Propostas nº401 a 750, s.l., n.d.

assim que o crescimento da Comissão 1º de Dezembro/Sociedade Histórica da Independência de Portugal (como passou a chamar-se a partir de 1927) coincidiu com momentos em que mais se fez sentir a ameaça ibérica.

Não dispomos ainda de séries estatísticas para o período em estudo que nos permitam caracterizar do ponto de vista sociológico o conjunto dos sócios (como já procedemos num outro lugar em relação ao primeiro decénio de existência da Comissão 1º de Dezembro)<sup>8</sup>. Mas podemos afirmar com segurança que, no período que vai de 1891 a 1935, na direcção da associação tiveram predominância relativa os militares: em 1890-93 quase metade dos membros da direcção pertenciam às forças armadas; em 1911 e em 1922 eram 1/5, aumentaram para 1/2 em 1923 e, noutros anos, aproximaram-se de 1/3 (1925 e 1927), para aumentar de novo para quase 1/2 em 1935. Convém ainda sublinhar aspectos significativos no que respeita ao perfil social e às tendências políticas dos sócios:

1. uma componente significativa de quadros técnicos com estudos superiores; exemplos disso são os próprios presidentes desta sociedade: o general J. Miguel Baptista Maciel (formado pela Escola Politécnica e pela Escola do Exército), presidente da Comissão entre 1890 e 1900 e José J. da Silva Amado (médico e professor, formado pela Escola Médico-Cirúrgica), que fora Médico da Casa Real, presidente da Comissão de 1911 a 1915; a já forte componente de militares: além do já referido Baptista Maciel, o general José E. Moraes Sarmiento (1907-1911) ou o coronel e senador Francisco de Sales Ramos da Costa (1911-1935) - este último deputado e senador pelo Partido Democrático em diversas legislaturas.

2. a presença de republicanos conservadores que aderem durante a I República e a Ditadura Militar: casos de Pedro José da Cunha (Reitor da Universidade de Lisboa e dirigente da efémera Liga de Acção Nacional), Fidelino de Figueiredo, Cunha e Costa (advogado e jornalista), Cunha Leal, António Ginestal Machado (presidente de um efémero ministério em 1923)

---

<sup>8</sup> Que nos revelem a ocupação profissional, a origem geográfica, os cargos públicos e outras variáveis significativas respeitantes aos sócios.

3. Republicanos históricos: Manuel Maria Coelho, João de Barros (professor liceal; ministro dos Negócios Estrangeiros em 1924 e da Instrução 1915 e 1919), Álvaro de Castro (ministro em diversos governos e presidente de um ministério 1923-24), Alfredo Sá Cardoso (presidente de um ministério em 1919-20 e ministro do Interior em 1924) ou José Maria Barbosa de Magalhães (professor da Faculdade de Direito e ministro em diversos governos)

4. Poetas e ensaístas como Teixeira de Pascoaes, João Correa d'Oliveira e Mário Beirão; historiadores como Queirós Veloso, António Ferrão, Eduardo Brazão, Mário de Albuquerque, Gastão de Melo Matos, Manuel Múrias, António Rodrigues Cavalheiro, Hernâni Cidade e o já referido Fidelino de Figueiredo.

5. políticos como Artur Ivens Ferraz (militar, presidente de um ministério em 1928), Manuel Rodrigues Júnior (professor da Faculdade de Direito e ministro da Justiça desde 1932), Rolão Preto (líder dos nacional-sindicalistas) ou Humberto Delgado.

O simples inventário destes nomes mostra como intelectuais de tendências políticas diversas, monárquicos e republicanos, alguns deles apoiantes da Ditadura Militar, mas todos eles simpatizantes um nacionalismo historicista então muito em voga, foram sensíveis ao discurso e à prática comemorativista da Comissão 1º de Dezembro/SHI.

A que se deveu a mudança de nome da sociedade? Ao que se sabe, numa sessão da sua direcção, em Março de 1924, António Bernardo da Fonseca Baptista (que viria a ser editor d' *A Reconquista*, órgão do grupo de pressão nacionalista a Cruzada Nuno Álvares Pereira) apresentou um programa de trabalhos para os anos de 1924 a 1940 em que, logo num primeiro ponto, propunha essa mudança numa próxima reforma dos estatutos. Neste programa, não justificava a sua ideia. Mas tornava-se evidente a necessidade de actualizar os antigos estatutos (1870 e 1890), demasiado restritivos, porquanto centrados exclusivamente na comemoração do 1º de Dezembro, e ultrapassados (o

objectivo de erigir um monumento à memória dos Restauradores já fora cumprido em 1886)<sup>9</sup>. A nova designação - Sociedade Histórica da Independência de Portugal -, bem mais abrangente, apontava para uma acção mais diversificada englobando toda a história da nação e, não apenas, a evocação daquele acontecimento. Em 1924, António Bernardo da Fonseca Baptista tinha já em mente a comemoração conjunta do oitavo centenário da “existência nacional” e o terceiro centenário da Restauração, em 1940 - uma “Grande Festa Nacional” em que deveria ter lugar uma “grande exposição internacional”, “um grande Congresso da Raça Portuguesa”, um cortejo histórico, bem como a emissão de selos com as efígies de Afonso Henriques e de D.João II. Mas a primeira proposta para as comemorações de 1940, da autoria de Fonseca Baptista (então vice-secretário da direcção da Comissão 1º de Dezembro), remontava ao final de 1922, quando apresentara uma memória (6-12-1922) em que já sugeria que fosse preparada para 1940 tal iniciativa, que deveria ser festejada de um modo “ruidoso”<sup>10</sup>.

Assim, o estatuto saído em *Diário do Governo* em 1927 e promulgado pelo governo no ano seguinte estabelecia já objectivos mais amplos para a Sociedade Histórica da Independência: “1º Comemorar as grandes datas nacionais, e especialmente a da Fundação e a da Restauração de Portugal; 2º Procurar desenvolver o culto do amor da Pátria entre os Portugueses...; 3º Cooperar com o governo na defesa dos direitos de Portugal; 4º Contrariar (...) a vulgarização de quaisquer ideias que possam ferir a dignidade de Portugal como nação livre e independente”<sup>11</sup>.

A existência desta sociedade foi irregular, como já verificámos considerando o movimento de adesão de sócios. Mas também nas actividades desenvolvidas se nota essa irregularidade: houve tempos em que se apagou; nos anos de 1864-67 devido a um incêndio na sua primeira sede, e em 1914-15

---

<sup>9</sup> Veja-se o capítulo I dos Estatutos de 1890 em E.A. Ramos da Costa, *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal 1861-1940*, Lisboa, 1940, p.132. Foram aprovados por decreto de 6 de Agosto de 1890.

<sup>10</sup> E.A. Ramos da Costa, *Idem*, pp.190-192 e 199-201

<sup>11</sup> *Estatuto da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Lisboa, 1928, p.5

porventura devido à conjuntura da Grande Guerra. Nestes anos não chegaram sequer a ter lugar comemorações da data histórica que lhe dava o nome. Noutros anos consecutivos, a associação desdobrou-se em iniciativas não apenas comemorativas, quase todas elas configurando políticas de memória nacional que foram muitas vezes adoptadas pelo poder político. Entre elas contam-se, além do objectivo de erigir o Monumento aos Restauradores (concluído, como dissemos, em 1886), uma subscrição pública aberta entre a colónia portuguesa no Rio de Janeiro para armamento do país (1868), diversas propostas entregues ao poder político no sentido de se criarem escolas militares preparatórias nos municípios (1870)<sup>12</sup>, uma representação (que não teve sucesso) para que o dia 1º de Dezembro fosse considerado dia de grande gala e de festa nacional (1892, programa da autoria de Luciano Cordeiro); um manifesto (1-12-1918), em que se associava a data de 1640 ao reconhecimento da independência das nações que vingou em 1918, no final da I Grande Guerra; uma proposta solicitando a todas as câmaras municipais que atribuíssem o nome de “1º de Dezembro” a um largo ou rua das respectivas sedes de concelho (1922), o que na verdade sucederia (ainda hoje a data é frequente na toponímia urbana, até mesmo de pequenas povoações); a realização de um cortejo cívico organizado pela Academia de Lisboa em conjunto com a Comissão 1º de Dezembro, desfilando face ao Monumento dos Restauradores (1923); uma proposta para que o dia 10 de Junho fosse consagrado como Dia da Raça<sup>13</sup> Portuguesa - adoptada pelo governo em 1928, durante a Ditadura Militar - ou, como vimos, ideias para a comemoração conjunta, em 1940, do oitavo centenário da fundação de Portugal e da Restauração (1922-24)<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup>Visconde Sanches de Baena, *Fastos históricos da Comissão Central 1º de Dezembro ou o monumento aos Restauradores de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Tip. de Matos Moreira, 1885-86.p.54 e p.72

<sup>13</sup>A ideia já fora sugerida por Fernando de Sousa, director do jornal *A Época*, em 1926. Diversos estados hispano-americanos haviam adoptado o dia 12 de Outubro como festa nacional nos anos de 1912 a 1918 (neste último ano também a Espanha). A Guatemala teá sido o primeiro a adoptar a designação “Festa da Raça” para esse dia. Cf. Isidro Sepúlveda, *El sueño de la Madre Pátria. Hispanoamericanismo y nacionalismo*, Madrid, 2005, p.207.

<sup>14</sup>E.A.Ramos da Costa, *Op.cit.*, pp. 141-143, 175-177, 210, 223. Em 1922, E.A. Ramos da Costa terá proposto a constituição de uma sub-comissão para elaborar o programa dos centenários da Fundação de Portugal e da Restauração de 1640. Dela faziam parte, além dos já referidos Fonseca Baptista e Ramos da Costa, José de Alarcão (Conde dos Arcos), João Perestrelo Visconde de Santarém e José O’Neill Pedrosa

## A I República e o 1º de Dezembro

A memória de 1640 mantinha-se bem viva entre as elites nacionais, remontando ao século XVII. Mas a prática das comemorações do 1º de Dezembro foi assumindo características diversas ao longo do tempo. De 1641 a meados do século XIX, limitaram-se a celebrações religiosas anuais – *Te Deum*, nas sés catedrais. A partir de 1861, a Comissão 1º de Dezembro contribuiu decisivamente para a sua secularização, mantendo embora as missas de acção de graças. Mas a participação oficial nas comemorações era muito reduzida, quando muito limitava-se à comparência do monarca na Sé de Lisboa para assistir ao *Te Deum*.<sup>15</sup>

Ainda assim, as suas actividades desenvolveram-se em várias frentes, com destaque para a imprensa periódica, a conferência pública e a tentativa de mobilização da população das escolas. O sucesso de 1640 estava bem vivo, até como nome atribuído a Lojas maçónicas: a loja 1º de Dezembro (1862) e a loja Restauração de Portugal (1867).

Já a I República recém instituída, como disse atrás, atribuiu maior relevância ao 1º de Dezembro, associando-o a um símbolo nacional de grande visibilidade – a bandeira. Logo em 15 de Outubro de 1910, o regime constituiu por decreto uma comissão encarregada de estudar a nova bandeira e hino nacionais. E em 29 de Novembro, o governo aprovava o projecto proposto pela referida comissão e instituía o 1º de Dezembro como dia de Festa da Bandeira<sup>16</sup>. Fazia-se assim coincidir a Festa da Bandeira – a nova bandeira republicana, sublinhe-se - com a data do 1º de Dezembro, agora consagrada como feriado nacional. Associava-se pois um dos emblemas mais significativos da nação com uma data histórica relevante – a recuperação da independência nacional em 1640.

---

<sup>15</sup> Luís Miguel Andrade, *A Restauração de 1640: do liberalismo às comemorações centenárias de 1940*, Coimbra, 2001.

<sup>16</sup> Nuno S. Teixeira, “Do azul-branco ao verde-rubro. A simbólica da Bandeira Nacional”, *A memória da Nação* (ed. de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto), Lisboa, 1991, pp.324-325.

Note-se aliás que a mudança da bandeira nacional – do azul e branco da Monarquia Constitucional para o verde e rubro da bandeira da República – acentuava a relevância simbólica desse dia de festa. Por outro lado, convidavam-se figuras de proa do Estado – caso do Presidente da República e do chefe do governo – para as cerimónias de deposição de flores no Monumento dos Restauradores e para sessões solenes, com conferências públicas no Palácio Almada (sede da Comissão 1º de Dezembro) e, mais tarde, na Sociedade de Geografia ou na Câmara Municipal de Lisboa. Procurava-se ainda mobilizar as camadas populares com lançamento de foguetes, flores, iluminações nocturnas de edifícios, cortejos, etc. E diversas associações, entre elas não poucos centros republicanos, participavam nas comemorações: o Grémio Recreativo 1º de Dezembro, o Centro Republicano Liberdade e Progresso (ambos em 1913), o Centro Dr. Magalhães Lima, o Centro Dr. António José de Almeida, o Centro Solidariedade Republicana (em 1914)<sup>17</sup>, etc. Intentava-se republicanizar o 1º de Dezembro e instituir uma grande festa nacional do novo regime visto a si próprio como refundação (tal como 1640 teria sido refundação de Portugal).

Muitos republicanos aderiram à Comissão 1º de Dezembro. E, como vimos, Francisco de Sales Ramos da Costa, do Partido Democrático, foi presidente da associação durante vinte anos (1911-1935). Mas ter-se-á conseguido aquele objectivo de instituir uma festa popular? A acreditar nas descrições publicadas na imprensa periódica dos primeiros anos da República<sup>18</sup>, é de admitir que por esse tempo os festejos tenham tido alguma participação popular, porventura longe, todavia, do que poderiam ser grandes festas de massas. A iniciativa partia da Comissão Central 1º de Dezembro (ou das suas filiais que, pelos finais de Oitocentos começaram a surgir em diversas localidades de província) e, já na vigência do regime republicano, das câmaras municipais. Nesses anos temos conhecimento de comemorações do 1º de Dezembro em centros urbanos. Em 1911, entre todas as capitais de distrito,

---

<sup>17</sup> “1º de Dezembro”, *O Século*, 1-12-1914, p.4; “1º de Dezembro. A festa da bandeira”, *Idem*, 3-12-1914, p.2.

<sup>18</sup> Cf., por exemplo, *O Século* e o *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro de 1911 e anos seguintes. Em 1913, *O Século* referia-se a uma multidão compacta na praça dos Restauradores (“Restauração de Portugal. Comemoração do 1º de Dezembro”, *O Século*, 3-12-1913, p.2).

apenas Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém e Évora terão celebrado a data. Em contrapartida, diversas povoações de província aderiram aos festejos, sobretudo nas regiões de Lisboa, Ribatejo, Alentejo e Algarve<sup>19</sup>. Geografia de província que se repetiu, pouco mais ou menos, em 1913 e 1914<sup>20</sup>. Mais para Norte isoladamente festejou-se na Covilhã (1911), Fundão e Manteigas (1914), Vila Real, Lamego, Braga e Viana (1913). Não dispomos ainda de um mapa com a localização das filiais da Comissão 1º de Dezembro. Pelos dados que até ao momento pude coligir, é de admitir contudo uma maior concentração de festejos no Sul e no Centro do país.

Por outro lado a implantação em termos organizativos da associação no território, prevista nos estatutos de 1870 e de 1928, foi lenta mas progressiva. Em Lisboa determinara-se em 1879 a constituição dessas comissões filiais em sintonia com os párocos. Aliás, a mobilização dos prelados das dioceses para se referirem ao 1º de Dezembro nas suas pastorais<sup>21</sup> fazia parte da estratégia comemorativa desta associação. Mas a constituição de delegações em cidades como Portimão, Tomar, Guimarães, Viana do Castelo ocorreria já durante a Ditadura Militar. Época em que também foram aprovadas delegações constituídas nos Estados Unidos da América (em Boston e Fall-River) e no Brasil (Rio de Janeiro, Santos, Pernambuco, Baía, Porto Alegre e Manaus).

Outros indícios de republicanização do 1º de Dezembro nos primeiros anos do novo regime foram, por exemplo, a escolha desta dia para a saída do primeiro número da revista *A Águia*, ainda em 1910, então dirigida por Teixeira de Pascoaes (e em que colaboraram alguns dos mais dotados intelectuais portugueses da época) ou a participação nas comemorações anuais de figuras gradas do regime republicano: presidentes da República como Manuel de Arriaga, António José de Almeida ou Teixeira Gomes; chefes de governo como Afonso Costa ou António Maria da Silva e intelectuais republicanos de diversos campos ideológicos (alguns deles já acima referidos) como Jaime Cortesão,

---

<sup>19</sup> Sérgio Campos Matos, "Nacionalismo e anti-iberismo. A pedagogia nacionalista da Comissão 1º de Dezembro (1890-1933)", *Eixo Atlântico*, "A mirada do outro" Para unha Historia da Educación na península, nº4, Jan.-Jun. 2003, pp.2-13.

<sup>20</sup> Cf. *O Século*, 4-12-1913, p.2 e 3 e 4-12-1914, p.2.

<sup>21</sup> Visconde Sanches de Baena, *Op.cit.*, p.146.

Teixeira de Pascoaes, Agostinho de Campos, António Ferrão, Queirós Veloso e Agostinho Fortes (ambos professores da Faculdade de Letras de Lisboa e historiadores).

### **Significado da Restauração na memória histórica**

A chamada Restauração foi interpretada em sentidos muito divergentes pela historiografia portuguesa do século XIX. Os historiadores liberais retomaram a teoria da origem popular do poder real inspirada em São Tomás e na Segunda Escolástica. Portugal teria uma longa tradição liberal – atestada pela vitalidade das suas cortes até finais do século XVII. Alguns autores contrarrevolucionários e tradicionalistas viram na Restauração uma aspiração do povo no sentido da reposição da monarquia tradicional legitimada pelas Actas das Cortes de Lamego<sup>22</sup> (como se sabe, uma tradição mítica forjada no século XVII).

Todavia, na historiografia sobre a Restauração sempre se exprimiram divergências. Fora uma revolução? Um movimento? Ou tão-só uma conspiração de um grupo de aristocratas? Quem fora a figura mais proeminente no sucesso? Muitos autores usaram o conceito de revolução (que, de resto tinha dado título a uma obra do francês Vertot, *História das revoluções em Portugal*, 1815, 1<sup>o</sup> ed. francesa 1711<sup>23</sup>). Mas, nos primeiros estatutos da Comissão 1<sup>o</sup> de Dezembro (1870) adoptava-se o termo mais neutro de Restauração. E noutros textos de divulgação, perfilhava-se o termo revolução<sup>24</sup> ou simultaneamente dois termos: conspiração e revolução<sup>25</sup>: “A conspiração desenhada por alguns fidalgos é já a revolução saudada por todo um povo”.

Bem diversa foi a interpretação de Oliveira Martins em 1879. O 1<sup>o</sup> de Dezembro não fora uma revolução, mas sim uma “conjuração”, como tão se lhe

---

<sup>22</sup> Luís Reis Torgal, “A Restauração. Breves reflexões sobre a sua historiografia”, *Revista de História das Ideias*, vol.1, 1976.

<sup>23</sup> Note-se contudo que o Abade Vertot alterara o título da 1<sup>a</sup> edição que era *Histoire de la conjuration du Portugal para Histoire des révolutions du Portugal*, por pensar que o termo conjuração não era adequado – remetia apenas para a restituição do trono a um príncipe *História das revoluções de Portugal* escrita em francês pelo Abade Vertot (trad. Fr. Mateus da Assunção), Lisboa, 1815.

<sup>24</sup> “1<sup>o</sup> de Dezembro de 1640”, *Almanach Primeiro de Dezembro para 1906*, Lisboa, 1905, p.4.

<sup>25</sup> “A conspiração desenhada por alguns fidalgos é já a revolução saudada por todo um povo”, J. Alves Mateus, “1<sup>o</sup> de Dezembro de 1640”, *Almanach Primeiro de Dezembro para 1903*, Lisboa, 1902, p.31.

chamara. A ideia coadunava-se, de resto, com toda a leitura negativa que Martins fazia do Portugal restaurado: uma sociedade pobre e decadente em que, nas suas palavras drásticas “tudo era (...) aparência, sombra, e instrumento, nas mãos de terríveis educadores [os jesuítas]. Aparência e comédia, a conjuração; sombra sepulcral, o Reino”<sup>26</sup>. Nunca se fora tão longe no retrato crítico de uma nação à deriva.

Não surpreende pois que Oliveira Martins fosse muito crítico em relação às práticas comemorativas e à retórica nacionalista da Comissão 1º de Dezembro. A seu ver, não fazia sentido comemorar essa data. Porque, a seu ver, buscar “pontos de apoio” “mortos ou negativos” – caso do Império colonial ou do ódio a Castela – constituía uma miragem irrealista. De resto, considerava que Castela “nem nos oprime nem nos odeia”. E explicitava o seu pensamento crítico: “No meio da onda retórica ou ridícula da nossa afectação patriótica estas palavras soam provavelmente mal. É o que sucede por via de regra à verdade serena e fria. Não se vive de glórias passadas, existe-se por via de forças actuais. Arremeter com foguetes, no 1º de Dezembro de cada ano, parece caricato quando em toda a gente há a consciência da nossa fraqueza militar. Solenizar em navios de papelão dourado as esquadras passadas, de uma nação que deixou de ter marinha, não será burlesco? Não levará a reduzir o patriotismo a um sentimento de teatro, e a vida nacional a uma ópera?”<sup>27</sup>. A posição crítica de Oliveira Martins só encontrava eco num pequeno grupo de amigos seus. Mas deixaria um rastro no século XX. E era coerente com a leitura crítica que fazia do Portugal restaurado que, na sua leitura, resultara da conjuntura europeia de meados do século XVII – dos interesses da Inglaterra, da França e da Holanda.

A teoria de Oliveira Martins sobre a Restauração foi, no essencial, seguida por dois historiadores republicanos: José de Arriaga (1886) e Agostinho Fortes (1932). Para o primeiro, 1640 não fora uma revolução mas “uma simples conspiração contra o estrangeiro”<sup>28</sup>. Portugal manteve o sistema dos últimos

---

<sup>26</sup> J.P de Oliveira Martins, *História de Portugal* (ed. crítica de Martim de Albuquerque e Isabel F. Albuquerque), vol.II, Lisboa, s.d., p.126.

<sup>27</sup> Id., “A ‘História de Portugal’ e os críticos, *História de Portugal*, p.225.

<sup>28</sup> José de Arriaga, *História da Revolução de 1820*, vol.I, Lisboa, 1886, p.145

reis portugueses de Avis (de D. João III a D. Sebastião). Não era comparável à revolução de 1383-85. E segundo Agostinho Fortes, que por diversas vezes proferiu palestras públicas aquando das comemorações anuais do 1º de Dezembro, o movimento de 1640 pouco mais teria sido do que “a mudança dum senhor para outro senhor”, ou seja, a substituição de monarcas e dinastias, ambas despóticas e dissolventes<sup>29</sup>, subalternizando o povo desde o início da conjuração. Num campo ideológico bem diverso, e num registo prudente, Fortunato de Almeida, na sua *História de Portugal* (1926) adopta também o conceito de “movimento” para a restauração em Lisboa, que ocorreu sem grandes sobressaltos. Mas ao contrário dos historiadores republicanos, enaltece a figura “veneranda e sagrada” de D. João IV que considera ter sido, com as suas qualidades políticas de “bom senso”, “prudência e firmeza” o “centro da acção que salvou a independência nacional”<sup>30</sup>. Fortunato de Almeida e, de uma maneira geral os historiadores tradicionalistas, procediam assim à revisão de um retrato negativo do duque de Bragança, que se sedimentara no século XIX também no romance histórico – com destaque para algumas obras de Camilo Castelo Branco. Mas seria errado pensar que todos os historiadores liberais alinharam numa apreciação negativa da acção do monarca.

Desde o século XVII debatia-se qual o papel de D. João IV nos acontecimentos de 1640 e o seu perfil. Seria o duque de Bragança um homem destituído de qualidades de acção política e militar, indeciso, pusilânime, instrumento fácil da rainha, como admitira nos princípios do século seguinte, Vertot e, posteriormente, Pinheiro Chagas, Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso ou José de Arriaga? Ou, pelo contrário, fora um político ponderado e prudente, o homem adequado naquela circunstância (Rebelo da Silva, Joaquim de Vasconcelos e José Silvestre Ribeiro, entre outros)?<sup>31</sup> Por outro lado, em geral, os críticos do duque de Bragança e alguns dos seus apologistas valorizavam a figura de João Pinto Ribeiro como grande obreiro da revolução de 1640. A

---

<sup>29</sup> Agostinho Fortes, “A vida política do povo português, de 1500 a 1820”, *História do Regimen Republicano em Portugal* (dir. de Luís de Montalvor), vol. I, Lisboa, 1930, p.107

<sup>30</sup> Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, vol. IV, Coimbra, 1926, p.201

<sup>31</sup> Vd. o meu estudo, *Historiografia e memória nacional 1846-1898*, Lisboa, 1998, pp. 432-433.

própria Comissão Central 1º de Dezembro chegara a considerar inicialmente a possibilidade de erigir uma estátua a este desembargador do Paço. Intenção só alguns anos depois abandonada a favor de um monumento destinado a fixar a memória dos conjurados de 1640. Estas divergências não eram despiciendas, na medida em que se prendiam com leituras divergentes do século XVII em Portugal, da dinastia de Bragança, da “decadência” e da relação com a Inglaterra. Mas a corrente crítica em relação a D. João IV (e não raro à dinastia de Bragança em geral) não exprimiu necessariamente uma interpretação negativa da restauração de 1640.

Nas periodizações tradicionais do percurso histórico nacional, então dominantes no ensino, 1640 constituía uma baliza relevante – tanto mais que se traduzira numa mudança de dinastia. No entanto, não era consensual (lembre-se o caso de Oliveira Martins, que subalternizava esta data).

Ora este debate prolonga-se e alarga-se no século XX com a revisão historiográfica do século XVII a que procedeu o Integralismo Lusitano e, depois, os historiadores adeptos do Estado Novo (Alfredo Pimenta, António Mattoso, João Ameal). O seiscentismo foi visto pelos tradicionalistas Manuel Múrias e António Sardinha como época de ouro da cultura e da língua portuguesa, de afirmação da obra de missionação da Companhia de Jesus e da orientação do Concílio de Trento<sup>32</sup> (compreende-se a sua visão muito crítica do pombalismo e da interpretação liberal e laica da história de Portugal). Era a época de voga da segunda escolástica, que fundamentara historicamente e juridicamente a Restauração de 1640 e que os Integralistas retomavam como fundamento do seu nacionalismo cultural. Por outro lado, a Inquisição fora um instrumento necessário da unidade religiosa católica. E a defesa do mito do sebastianismo e da sua função política era um tópico comum aos integralistas. Esta revisão da narrativa liberal suscitou polémicas – as travadas com António Sérgio foram porventura as mais conhecidas<sup>33</sup>. A leitura que estes intelectuais

---

<sup>32</sup> Manuel Múrias, *O Seiscentismo em Portugal*, Lisboa, 1923 e António Sardinha, “O século XVII”, *Lusitânia*, fasc. I, Setembro de 1924

<sup>33</sup> Vd. Olga da Cunha Ferreira, “António Sérgio e os Integralistas”, *Revista de História das Ideias*, nº 5, t.1, Coimbra, 1983, pp.427-469

procediam de 1640 não coincidia com a dos historiadores liberais: para eles a Restauração não se inscrevia num tempo de decadência - era antes um momento alto de refundação nacional num século que era de esplendor cultural. Mas a I República já procedera a uma valorização do 1º de Dezembro, como vimos atrás - ainda que inscrevendo-o numa outra narrativa. E essa narrativa crítica de uma decadência que viria do reinado de D. Manuel, responsabilizada pela perda da independência em 1580, prolongava-se ainda no decénio de 1930 no próprio seio da Sociedade Histórica da Independência<sup>34</sup>. E deve lembrar-se que nesta associação, não se cultivou apenas uma atitude de hispanofobia e de repulsa em relação à Espanha. Na verdade, em 1930, num discurso comemorativo da Restauração de 1640, proferido na Câmara Municipal de Lisboa a convite daquela sociedade, Agostinho de Campos procurou compreender numa perspectiva histórica as expressões do iberismo, o distanciamento entre as duas nações peninsulares e a “incompreensão” a que Portugal era votado em Espanha<sup>35</sup>.

### **Notas finais**

Numa primeira leitura, pode parecer contraditória a relevância que a I República concedeu ao 1º de Dezembro na memória de nação, tendo em conta o olhar muito crítico que os historiadores republicanos desenvolveram sobre o Portugal restaurado. Opções pragmáticas terão estado na origem da republicanização desta data que, ao invés de outras não menos significativas, tiveram grande relevância histórica. Na verdade, ao longo do século XIX, outros acontecimentos relevantes no percurso histórico nacional, como a batalha de Aljubarrota (14 de Agosto de 1385), não foram objecto de uma atenção continuada e muito menos de um culto público persistente, como sucedeu com o 1º de Dezembro. Creio pois que o culto instalado do 1º de Dezembro e a própria existência de uma sociedade que o dinamizava, já implantada no

---

<sup>34</sup> Por exemplo, António Ferrão, “A perda da independência e a Restauração de 1640. As lições da história”, *Anais da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Lisboa, 1931, pp.9-51

<sup>35</sup> Agostinho de Campos, “1640-1930”, *Idem*, pp.97-109.

terreno (e não apenas em Lisboa), terão pesado decisivamente na escolha desta data para Festa da Bandeira. Revela-se assim que a memória histórica construída e sedimentada pelos historiadores não pesou na valorização da Restauração de 1640. O que confirma uma ideia que já alimento há anos: a de que os historiadores têm uma relevância relativamente reduzida na construção da memória das nações. Para além da historiografia, outros imperativos pragmáticos, ideológicos e políticos se impuseram. Não surpreende assim que ainda durante a I República e depois durante a Ditadura Militar republicanos conservadores tenham aderido à Comissão 1º de Dezembro/Sociedade Histórica da Independência, a par de antigos titulares da nobreza e de homens ligados a este último regime e depois do Estado Novo. Se a republicanização do 1º de Dezembro partiu do poder político, as elites intelectuais e as suas formas associativas tiveram um papel destacado na dinamização de um nacionalismo conservador e historicista, que contribuiu para legitimar o Estado Novo. Entre o historicismo liberal e republicano e o historicismo tradicionalista estabelecia-se assim uma linha de continuidade que, no plano dos projectos políticos que se confrontaram durante a I República e a Ditadura Militar não se verificou, haja em vista a ruptura na tradição política liberal que se opera durante este último regime.